



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1007687-40.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Homero Silva Gomes- Acompanhado pela Advogada Dr. Aline Cristina dos Santos OAB/SP 218.859.**
 Requerido: **SUELI CASTELLI AMBROSI ME - Representada pela proprietária Sra. Sueli Castelli Ambrosi, RG. 4010966, CPF. 663.128.339-68 - com sua Advogada Dra. GLAUCIA MARIA SANTOS DE MORAES OAB/SP 145.378.**

Aos 07 de outubro de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-A** requerida pagará ao requerente, por mera liberalidade e por conta de todo o débito, o valor de **R\$-3.000,00 em três parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$-1.000,00 cada uma**, vencendo-se a primeira **em 25/10/2015** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; **2-Os** pagamentos serão efetuados através de cheques emitidos neste ato sob nº 851020, 851021 e 851022, **Banco do Brasil S/A – Agência 0918**; **3-A** não compensação de um dos cheques, implicará no vencimento antecipado dos demais além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida; Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: **"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Torno definitivo a liminar concedida. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.** Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerida:

Adv. Requeridos(s):